

**Ricarda Musser (Berlin)**

**«Attendendo aos excepcionaes  
merecimentos...» — o caminho das mulheres  
em Portugal à universidade**

O artigo tenta descrever o percurso das mulheres portuguesas às universidades, isto é, as suas possibilidades de frequentar escolas e participar no ensino público dos cursos de ler e escrever até nos cursos superiores.

Já no século XVIII e do mesmo modo no século XIX foi em toda a Europa discutida a questão, se e com qual objectivo as mulheres deveriam obter educação e instrução. No centro do debate encontrou-se em geral a mulher da classe média, da burguesia, que teve como tarefa mais importante a sua profissão como esposa e mãe. Para essa profissão, as jovens foram preparadas frequentemente em casa, ou puderam receber em instituições privadas ou confessionais uma certa educação. Muitas vezes a educação foi escassa e imperfeita e compôs-se de Francês, piano e labores femininos. Outros interesses de educação das meninas foram em geral criticados como inconvenientes.

Na cidade de nascimento de Carolina Michaëlis, em Berlim, durante todo o século XIX não foi possível as mulheres matricularem-se como estudantes regulares na universidade. A lei que concedeu essa licença data de 1908. Com isto, a Prússia foi um dos últimos estados na Alemanha, embora a primeira mulher tenha prestado a prova de doutoramento com autorização excepcional na universidade prussiana em Halle já em 1754: foi a médica Dorothea Erxleben. Nas universidades badenenses já desde 1899 era possível inscrever-se. Como último país alemão Meclemburgo permitiu em 1909 às mulheres o estudo universitário.

Como foi então em Portugal, no país que foi depois do casamento a pátria de Carolina Michaëlis, discutida a pergunta da educação das jovens e mulheres?

Também ali não houve para a mulher um papel na vida pública e política. A sua esfera foi a vida doméstica, onde deveria assegurar a continuação da linhagem. Nos primeiros periódicos femininos esta ordem é tomada em consideração. A revista *O Toucador*, publicada

em 1822, fez propaganda com o subtítulo «Periódico sem política dedicada às Senhoras Portuguesas» (Leal 1986: 356). Os periódicos femininos do tempo incluíram tudo o que se pensava que seria de interesse para as mulheres: romances, moda, crónicas de sociedade, anúncios e crítica teatral e de livros, poesia e charadas (Leal 1986: 355).

No século XIX houve muitas afirmações de mulheres e homens sobre educação e instrução feminina. Assim escreveu Luís da Silva Mousinho de Albuquerque já em 1823:

Tendo o sexo feminino igual direito de repartir as vantagens do estado social, visto que sobre ele como sobre o outro sexo recai o ónus público, a educação das mulheres não deve ser como agora barbaramente abandonada. Criar-se-ão, pois, escolas primárias para este como para o outro sexo, e os estabelecimentos de instrução pública lhe serão completamente franqueados (Ferreira 1975: 9).

José Augusto Braancamp declarou por volta de 1835 que é um erro crasso pensar que o sexo feminino não necessita de instrução, «porque na companhia das mães é que as crianças passam a maior parte do dia» (Alvim 1990: 323). E Oliveira Marreca completou «não pretendemos que as mulheres venham a exercer funções no Exército, na Magistratura, na Marinha ou Corpo Legislativo» (Alvim 1990: 323).

No início da década de setenta, António da Costa, primeiro ministro da instrução pública, escreveu:

restituída às mulheres a justa condição de igualdade civil, que não se opõe à sua natureza nem à sua missão, eduquemo-las, não só elementarmente, mas abrindo-lhes com o ensino complementar, conforme as localidades, a possibilidade de muitas ocupações em que possam, solteiras ou viúvas ganhar a vida: ocupações artísticas, pedagógicas, industriais, comerciais apropriadas ao sexo: eduquemo-las principalmente no sentido amplíssimo de mães de família (seu principal encargo), não só quanto à economia doméstica, mas segundo os princípios largos e sociais que temos expendido (Alvim 1990: 325).

Estas citações indicam que pareceu fazer prevalecer a opinião que para as mulheres da classe média poderia ser conveniente uma educação um pouco mais extensa, antes de tudo para ser para os filhos uma educadora melhor, mas também para no caso de necessidade ganhar a vida.

Por volta do fim do século XIX alguns autores combinam a pergunta do progresso da sociedade com a educação das mulheres. Assim José Maria da Ponte e Horta manifestou em 1881 «instruir, pois, todos e cada um sem distinção de sexos, nem de idades, nem de profissões, é o dogma fundamental do progresso humano, e a própria essência da

democracia, no seu conceito mais elevado e mais generoso» (Ferreira 1971: 226). E António da Costa adicionou na sua obra «A mulher em Portugal»: «neste grandioso teatro que se chama pátria portuguesa, não basta que a mulher seja espectadora» (Alvim 1990: 327).

O que pensavam as mulheres sobre a instrução e que esperanças juntavam com ela? Também aqui as opiniões eram largamente dispersas. Antónia Gertrudes Pusich foi desde 1849 proprietária e directora do primeiro periódico feminino feito de mulheres para mulheres, da *Assembleia Literária*. A revista dedicou-se antes de tudo à ilustração das mulheres e exigiu possibilidades de educação como base indispensável à ordem social democrata (Leal 1986: 356).

A escritora Guiomar Torrezão simpatizou em 1892 antes de tudo com o projecto de criação de liceus para a instrução secundária das raparigas. Mas também essa instrução não faria, segundo Torrezão, a mulher igual ao homem, porque «a natureza criou ambos diferentemente, e a mulher inferior» (Alvim 1990: 331).

Numa maneira semelhante pronunciou-se também Maria Amália Vaz de Carvalho. Para ela, o objectivo da educação das jovens foi a preparação pelo destino da esposa e mãe. Nos seus livros muito pedagógicos «Mulheres e Crianças», «Cartas a uma noiva» e «As nossas Filhas» expôs a sua visão. Ela defende a dependência das mulheres e critica opiniões que juntam com o melhoramento da instrução também a emancipação política. Caracteristicamente Vaz de Carvalho recusou-se a colaborar na revista *Assembleia Literária* (Leal 1986: 355). Ela diz em «Mulheres e Crianças»: «É que a emancipação política seria a abdicação doméstica, quer dizer, a mais dolorosa catástrofe que tem afligido a sociedade» (Alvim 1990: 333).

Que possibilidades de instrução existiram no Portugal do século XIX para as raparigas? O início do ensino primário oficial em Portugal pode-se considerar a Carta de Lei de 6 de Novembro de 1772, da autoria do Marquês de Pombal, que criou no Reino, no Ultramar e nas Ilhas, algumas centenas de escolas, às quais seriam afectados 479 mestres de ler, escrever e contar. No entanto, a lei não previu a abertura de Escolas Normais para a formação dos mestres, apenas determinou que a Real Mesa Censória deveria averiguar, mediante exames, as qualificações dos candidatos (Gomes 1980: 15). O ensino primário das raparigas foi regulado por Resolução Real de 31 de Maio de 1790 criando 18 cadeiras em Lisboa. Porém, a resolução foi realizada só desde 1815. Parece, que em 1814 em Portugal só trabalharam 3 mes-

tras. Por Portaria de 31 de Outubro desse ano o Príncipe Regente permitiu às três senhoras a continuação do ensino «nas casas das suas actuais residências, vinte meninas cada uma, ensinando-lhes doutrina, ler, escrever, contar, costura e fazer vestidos» (Gomes 1980: 15). Cada uma das mestras ganhou 6.000 Réis mensais, provenientes do subsídio literário. Esta soma foi comparável com o salário dos pedreiros e carpinteiros (Almeida 1997: 71). Em 1815 foram criadas 18 escolas primárias para o sexo feminino, e mais seis no Porto em 1821 (Gomes 1980: 15).

Na Constituição Política da Nação Portuguesa de 23 de Setembro de 1822, o artigo 237 sublinha: «Em todos os lugares do Reino onde convier, haverá escolas suficientemente dotadas, em que se ensine a mocidade portuguesa de ambos os sexos a ler, escrever e contar, e o catecismo das obrigações religiosas e civis» (Gomes 1984: 316). E a Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa de 29 de Abril de 1826 acrescenta: «A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos» (Gomes 1984: 317).

Como foram estas determinações realizadas? Um decreto de 15 de Novembro de 1836 fixa o estabelecimento de escolas primárias para raparigas em todas as capitais de distritos, onde ainda não existiam. Dois anos mais tarde havia em Portugal 25 escolas primárias públicas para o sexo feminino (Gomes 1980: 27). No ano de 1844 todo o ensino primário foi reformado pelo Decreto de 20 de Setembro. A instrução primária é dividida em dois graus.

O primeiro compreende: ler, escrever e contar; Princípios gerais de moral; Doutrina cristã e civilidade; Exercícios gramaticais; Princípios de corografia e história portuguesa. O segundo compreende, além dos objectos do primeiro grau: Gramática portuguesa; Desenho linear; Geografia e História geral; História Sagrada do Antigo e Novo Testamento; Aritmética e Geometria com aplicação à Indústria; Escrituração. Tanto o primeiro como o segundo grau poderão compreender outros objectos de instrução, nos lugares e à proporção que o Governo achar conveniente (Gomes 1985: 385).

A obrigatoriedade escolar durou desde os 7 até aos 15 anos de idade. Os pais foram ameaçados com uma multa caso não permitissem que os filhos frequentassem a escola. Essa determinação

não se aplicaria, porém, aos que mostrassem que as crianças possuíam já o necessário conhecimento das matérias do primeiro grau da instrução primária; aos que mostrassem que lhes davam, por outra forma, igual ou maior instrução; e aos que não pudessem mandar as crianças à escola por motivo de excessiva pobreza (Gomes 1985: 386).

Os professores futuros deveriam habilitar-se nas Escolas Normais em um ano para o primeiro grau e em dois anos para o segundo.

Para ser admitidos nas Escolas Normais, era necessário ter dezoito anos completos; saber ler e escrever correntemente e a prática das quatro espécies de contas; possuir as primeiras noções de gramática portuguesa e conhecimentos suficientes da religião do Estado; não padecer moléstia contagiosa ou outra que inabilitasse para o magistério; e ser reconhecidamente bem morigerado (Gomes 1980: 29).

Este Decreto de 1844 ficou, porém, na maioria dos pontos letra morta. Em 1845 existiram

no Continente 1.075 escolas oficiais para o sexo masculino e 41 para meninas, assim distribuídas: 18 em Lisboa; 6 no Porto; 1 em cada uma das capitais dos outros distritos; 1 em Lagos e 1 em Lamego. As escolas oficiais do Continente eram, nessa altura, frequentadas por 45.000 alunos, dos quais 1.641 eram do sexo feminino. (...) Três anos mais tarde, em 1848, era de 1.235 o número de professores primários, nele se contando 26 mestras de meninas (Gomes 1980: 30).

O salário dos professores ficava baixo.

Em 1844 o salário de uma professora correspondia a 2/3 do salário de um professor. Além disso, os professores que leccionavam em Lisboa e Porto recebiam maiores salários dos que os trabalhavam em outras regiões do país. Porém, os salários das professoras em qualquer parte era o mesmo. Esse salário feminino tinha como justificativa o facto de as professoras terem pais e maridos que poderiam zelar por elas, o que não acontecia com os homens (Almeida 1997: 83).

Só em 1878 terminou essa prática.

No ano lectivo de 1852-1853 existiram, além das escolas oficiais, 1.082 instituições particulares do ensino primário, 574 para rapazes e 508 para raparigas (Gomes 1980: 33). As escolas para raparigas tiveram 9.938 alunas, isto é só um sétimo das alunas portuguesas frequentou escolas oficiais.

Que forma de educação obtiveram as raparigas nas instituições particulares? Sobre as escolas privadas e confessionais e os seus programas de estudo até agora temos poucas análises históricas. Irene Vaquinhas, por exemplo, investigou a vida quotidiana no Real Colégio Ursulino das Chagas em Coimbra. Por causa dos custos elevados, a estada no colégio só foi possível para poucas meninas. Entre 1858 e 1880 entraram 201 raparigas na instituição, onde todas as alunas também viviam (Vaquinhas 1999: 103). Tratou-se, na maioria, de jovens procedentes de meios rurais, onde, em geral, não era possível receber uma educação adequada ao seu nascimento (Vaquinhas 1999: 111).

As alunas demoravam-se em média entre 3 e 4 anos no colégio o que não favoreceu uma instrução profunda (Vaquinhas 1999: 113). A educação compreendia, conforme o carácter da instituição,

uma sólida formação religiosa que incluía o ensino da doutrina cristã, em particular do catecismo, e a explicação sucinta do Evangelho (...) Pelo ensino literário, a aluna aprendia a ler, a escrever e a contar; fazia ainda o estudo da gramática (portuguesa, francesa, italiana e inglesa), do desenho linear com aplicação aos labores e aos bordados, da geografia (em especial corografia portuguesa), da história sagrada e profana e elementos escolhidos de mitologia. Princípios, regras e usos gerais de economia doméstica (governo de uma casa) e noções básicas de higiene completavam este ramo de ensino. O ensino artístico, por sua vez, distribuía-se por duas secções, sendo a primeira consagrada à aprendizagem de pontos de malha (...), de costura (...) e de bordadura (...) A segunda secção incluía o ensino da música (cantar e tocar piano) e da florística (Vaquinhas 1999: 128).

Parece que a aprendizagem da língua francesa exigia o trabalho mais intensivo das raparigas. A escolha dos livros para a instrução era feita no próprio colégio. A frequência do colégio não terminou com nenhum certificado ou diploma reconhecido oficialmente (Vaquinhas 1999: 133).

No ano de 1870 António da Costa, Ministro dos Negócios da Instrução Pública, esforçou-se pelo melhoramento do ensino escolar. Especialmente, consentiu na situação da educação do sexo feminino:

a instrução da mulher, na organização do ensino público entre nós, está num imenso atraso. Os factos provam esta verdade. Se interrogamos o número das escolas, conhecemos, pelos últimos documentos, serem (números redondos) 3.700 as do sexo masculino, enquanto as do sexo feminino são apenas 840. Se nos restringirmos às do estado, temos 2.000 escolas masculinas e só 350 para o sexo feminino. De 4.000 freguesias, 3.650 não possuem escolas para a mulher (Gomes 1980: 43).

Em Portugal existiu uma escola para mais que 1.000 habitantes, em Prússia foi uma para 150 (Gomes 1980: 45).

Até o ano de 1900 a quantidade das escolas para meninas quadruplicou. Existiram 1.345 escolas oficiais, instituições do ensino particular para raparigas neste momento 979 (Gomes 1980: 56).

Com respeito ao ensino secundário para o sexo feminino pode-se verificar ainda um atraso muito mais evidente que António da Costa o atestou para as escolas primárias. O ensino liceal foi regulado em 1836 (Carvalho 1986: 562). O artigo 54 da lei correspondente determina que «as aulas dos Liceus são públicas, isto é, admite-se nelas a presença de ouvintes que se entende poderem ser quaisquer pessoas» (Carvalho 1986: 565). Até o ano de 1845 em Portugal existiram Li-

ceus em Lisboa, Coimbra, Évora, Braga e no Porto (Carvalho 1986: 566). Nas primeiras estatísticas, ainda não aparecem as raparigas, referindo só alunos. No ano de 1874 os liceus tinham 2.642 alunos, entre estes 32 do sexo feminino (Fontes 2002: 4). Em 1880 o ensino liceal foi reformado. O curso durou 6 anos, os dois últimos foram divididos em dois ramos, «letras» e «ciências» (Carvalho 1986: 618).

No ano de 1900 existiram em Portugal 24 Liceu públicos com 2.848 alunos, dos quais 59 raparigas. Neste momento frequentavam 1.511 alunos instituições particulares do ensino secundário (Carvalho 1986: 637). A criação do primeiro liceu exclusivamente para meninas realizou-se finalmente em 1906, foi o Liceu Maria Pia em Lisboa (Vicente 1998: 93). No ano da proclamação da república, em 1910, são entre os 8.275 alunos das escolas secundárias 924 raparigas (Carvalho 1986: 714).

Como se pronunciou na altura, Carolina Michaëlis, «a mulher mais erudita do seu tempo», sobre a pergunta da educação das mulheres em Portugal? Ocupou-se intensivamente em duas séries de artigos dessa temática. Em 1896 publicou a primeira no diário *O comércio do Porto* com o título «O congresso feminista em Berlim». Em 1902 saía «O movimento feminista em Portugal» no jornal portuense *O Primeiro de Janeiro* (Silva/Vicente 1991: 46).

Ocasão do primeiro artigo foi uma conferência de Luise Ey, exposto ao Congresso Feminista em Berlim: «Memória acerca à mulher portuguesa». Essa conferência tinha recebido críticas ásperas pela imprensa portuguesa (Silva/Vicente 1991: 46). Em vista das datas apresentadas por Luise Ey, o atraso enorme da instrução das mulheres foi de novo bastante evidente. Luise Ey expôs quais as escolas que havia para o sexo feminino nessa altura:

trezentas e tantas escholas elementares, duas escholas normaes que preparam as mestras régias: duas escholas especiaes profissionaes para a industria das rendas em Setubal e Peniche, e secções femininas muito incompletas e deficientemente regidas em algumas escholas industriaes onde se ensinam apenas rudimentos de algumas sciencias e industrias (Alvim 1990: 336).

Com respeito ao conteúdo da instrução ela notou

que o ensino de línguas, artes e labores prevalecia sobre o de sciencias; sendo geralmente mal ensinadas a geografia, a historia, as mathematicas elementares e as sciencias naturaes, e quasi nullo o ensino das litteraturas, até mesmo o da litteratura patria (Silva/ Vicente 1991: 50).

Carolina Michaëlis explicou no seu artigo:

se o ... estado da instrução publica ainda era tão pouco satisfatório, isso não é devido, de modo algum, à pouca inteligência da portugueza, mas sim à incuria do governo. Era pelo contrário, de admirar o muito que se sabia com um ensino tão escasso, tão imperfeito, tão mal graduado e tão mal retribuído e, em milhares de casos, sem ensino algum (Silva/Vicente 1991: 50).

Este «sem ensino algum» confirma-se nos resultados do censo de 1900: 85% das portuguesas eram analfabetas (Esteves 1991: 75).

Apesar deste número alarmante e das poucas instituições de instrução, por princípio, cada escola foi aberta para as mulheres. Carolina Michaelis escreveu no seu artigo, citando Luise Ey, que legalmente a mulher portuguesa

pode estudar o que quer, frequentar Lyceus, Escolas Médico-Cirúrgicas, Escolas Polytechnicas, Academias de Bellas Artes, Conservatorios e até a Universidade (conforme o artigo 72 da lei de 14 de Junho de 1880)... pode fazer quantos exames deseja, recebendo os diplomas competentes, e exercer a profissão para a qual se habilitar (Silva/Vicente 1991: 50-51).

O problema, pois, não consistiu em interdições oficiais, mas na dificuldade de adquirir os pressupostos para uma instrução profissional ou para um estudo universitário.

Quem eram as primeiras estudantes nos cursos superiores e como passaram estas barreiras?

Em Lisboa matriculou-se como primeira mulher em Portugal Elisa Augusta da Conceição Andrade em 12 de Outubro de 1880 na Escola Polytécnica. Inscreveu-se para os cursos 5 e 6, Física e Química Geral. Mais tarde ela frequentou a Escola Médico-Cirúrgica e licenciou-se em 1889 em medicina (Vicente 1998: 93). Na Escola Polytécnica seguiram em 1882 Sofia Rosa da Silva e um ano mais tarde Amélia Cardia dos Santos Costa (Santos 1991: 15).

No Porto, Maria Leite da Silva Tavares Paes Moreira foi em 1884 a primeira estudante entre 206 alunos matriculados. Ela passou os cursos preparatórios para o estudo da medicina, Física, Química orgânica e inorgânica, Zoologia e Botânica e começou a sua instrução na Escola Médico-Cirúrgica em 1885 (Santos 1991: 16). Com ela estudaram as irmãs Aurélia e Laurinda Morais Sarmento, filhas do jornalista Anselmo Evaristo de Morais Sarmento de Aveiro (Santos 1991: 17). No ano de 1891 terminaram as três o estudo, assim como as suas colegas em Lisboa. As cinco trataram nas suas teses sobretudo problemas



da Ginecologia, Pediatria e Higiene.<sup>1</sup> Depois do estudo exerceram a sua profissão. Até 1902 houve em Portugal 10 médicas: 6 em Lisboa, 3 no Porto e 1 em Vila Real (Silva/Vicente 1991: 55).

Rita Morais Sarmento estudou no Porto engenharia. Recebeu o seu diploma como engenheira civil de obras públicas e de minas em 30 de Julho de 1896. Seria muito elucidativo investigar a sua vida profissional. Depois dela só no ano académico 1934-35 se matriculou de novo uma mulher na engenharia (Santos 1991: 23).

Na universidade de Coimbra, Domitila Hormizinda Miranda de Carvalho, filha dum professor do ensino primário, matriculou-se como primeira mulher em 1891. Inscreveu-se na Faculdade de Matemática e de Filosofia nos cursos Álgebra Superior, Química Inorgânica e Desenho (Gomes 1986: 244). Foi a única mulher entre 874 estudantes. Só em 1896, cinco anos mais tarde, se matriculou a segunda estudante (Gomes 1986: 245). Por causa do caso extraordinário, o reitor da Universidade de Coimbra endereçou um ofício ao Ministro de Instrução Pública e Belas Artes, recomendando a matrícula de Domitila de Carvalho e simultaneamente pedindo autorização ministerial:

Do meu conhecimento, é esta a primeira vez, depois da reforma de 1772, que uma mulher requer admissão à matrícula na Universidade, a não ser para o curso de parteiras, estabelecido no artigo 85 do Decreto de 5 de Dezembro de 1836. Não encontro na legislação académica disposição alguma que obste à matrícula de alunos do sexo feminino, a não ser para a Faculdade de Teologia; para as outras Faculdades, tanto os Estatutos como a legislação posterior são omissos a tal respeito, certamente por se não ter previsto a possibilidade de uma rapariga se habilitar para seguir as carreiras científicas.

Com o decorrer do tempo, mudaram as ideias, modificaram-se os preconceitos sociais e, hoje, é coisa vulgar, especialmente nos Estados Unidos da América do Norte, destinarem-se as mulheres a profissões e empregos que, outrora, se reputavam impróprios do seu sexo. Mesmo entre nós, já se tem admitido mulheres nos cursos de Medicina e Cirurgia das Escolas de Lisboa e Porto; e não vejo razão bastante para que não sejam também admitidas na Universidade de Coimbra (Gomes 1991: 9).

Domitila de Carvalho frequentou a universidade até 1904 e obteve três licenciaturas: na Faculdade de Matemática, de Filosofia e de Medicina (Gomes 1986: 249). Para os seus resultados no estudo foi pre-

---

1 Aurélia Morais Sarmento: «Higiene da primeira infância», Laurinda Morais Sarmento: «Higiene do vestuário feminino», Maria Paes Moreira: «Higiene da gravidez e do parto», Amélia Cardia: «A Febre Histérica», Sofia Rosa da Silva: «Athrepsia. Forma Lenta (Apontamentos de Patologia Infantil)».

miada várias vezes. Desde 1906 trabalhou como directora do Liceu Maria Pia em Lisboa e em 1935 Domitila de Carvalho foi uma das três primeiras deputadas portuguesas<sup>2</sup> (Sousa 1986: 440).

Até a proclamação da república, isto é 19 anos depois da matrícula de Domitila de Carvalho, a universidade de Coimbra foi somente frequentada por 23 mulheres. Na Faculdade de Medicina passaram 7 mulheres o curso de parteiras e 4 estudaram medicina. Oito mulheres frequentaram a Escola de Farmácia. Só uma, Regina da Glória de Magalhães Quintanilha, se inscreveu durante este tempo na Faculdade de Direito (Gomes 1986: 256-257). Também em Lisboa e no Porto, o número das mulheres matriculadas nunca foi elevada.

Consequentemente, o melhoramento do acesso às instituições do ensino secundário e superior faz, com o sufrágio, parte das exigências fundamentais de diferentes organizações, como da Liga Republicana das Mulheres, fundada em 1908, e da Associação de Propaganda Feminista, fundada em 1911.

Se no tempo da Monarquia já haviam poucas estudantes, nem em Coimbra, nem no Porto ou em Lisboa mulheres trabalhavam como docentes ou professores no ensino superior. Isso mudou pouco a pouco depois da proclamação da república. Em Lisboa e no Porto formaram-se dos cursos do ensino superior já existentes as faculdades das novas universidades. O decreto com força de lei de 9 de Maio de 1911 organizou o plano de estudos das Faculdades de Letras das Universidades de Coimbra e Lisboa, repartidos em cinco secções, Philologia clássica, Philologia romanica, Philologia germanica, Sciencias históricas e geographicas, e Philosophia. Os professores do Curso Superior de Letras foram colocados, na qualidade de professores ordinários, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Vago ficou a nova cátedra para a Filologia germânica que incluiu além do lugar do professor ordinário, dois professores extraordinários, dois professores contratados para os cursos prácticos de línguas e dois assistentes.

O artigo 49, § único, do decreto ordenou que

excepcionalmente, e sob proposta do Conselho da Faculdade, poderão ser immediatamente nomeados professores ordinários individuos que tenham prestado serviços relevantes à sciencia, demonstrados em trabalhos científicos de valor (*Diário do Governo* 109/1911: 1905).

---

2 As outras duas deputadas em 1935 foram Maria Baptista dos Santos Guardiola, Licenciada em Ciências Matemáticas, e Maria Cândida de Bragança Parreira, Licenciada em Direito.

Este parágrafo foi empregue na nomeação de Carolina Michaelis pela primeira vez. Num aviso muito pormenorizado no *Diário do Governo* lê-se:

Tenho em vista o disposto no § único do artigo 49 do decreto com força de lei de 9 de Maio de 1911, que criou as Faculdades de Letras das Universidades de Lisboa e de Coimbra; e Ouvido o Conselho Escolar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Attendendo aos excepcionaes merecimentos que concorrem na pessoa da illustre escritora D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos, que tão relevantes serviços tem prestado à língua e à literatura portuguesa, em trabalhos como o estudo sobre Sá de Miranda, a história da nossa literatura em alemão, e tantas obras valiosas que representam o mais bello e eloquente testemunho de quanto pode um altíssimo espírito, alliado a um profundo e sólido saber: Hei por bem decretar que D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos seja nomeada para o logar vago de professor ordinário do grupo de Philologia Germanica da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

O Ministro do Interior, António José de Almeida (*Diário do Governo* 143/1911: 2629).

Com isso, Carolina Michaëlis foi a primeira professora ordinária no ensino superior em Portugal. Na sua cidade de nascimento, em Berlim, Paula Hertwig é nomeada como primeira professora ordinária em Zoologia em 1926<sup>3</sup>.

No ano de 1912 a Universidade do Porto teve a primeira mulher no corpo docente: Leonor Amélia da Silva que trabalhou como assistente (Santos 1991: 25).

Entre as primeiras mulheres que prestaram as provas do doutoramento, o pressuposto para uma carreira académica, são Maria Gabriela de Lemos Pereira Beato que se doutorou em 1927 na Universidade de Lisboa em Farmácia e Leopoldina Ferreira Paulo na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto em 1944. A frequência de doutoramentos de mulheres foi muito lenta até os anos 80 do século passado, quando cerca de 30% dos doutoramentos foram prestados por mulheres (Santos 1991: 26).

Hoje, em algumas das disciplinas as assistentes já são em número superior ao dos assistentes, embora as professoras ainda estejam em minoria.

---

3 Em 1913, a médica Rahel Hirsch tinha recebido o título de honra «Professora» por causa dos seus merecimentos científicos.

## Bibliografia

- Almeida, Jane Soares de (1997): «Magistério primário em Portugal: conquista feminina no início do século XX», em: *Cadernos de Pesquisa* 102, pp. 65-88.
- Alvim, Maria Helena Vilas-Boas (1990): «Da educação da mulher no Portugal oitocentista — notas de um estudo», em: *Revista de Ciências Históricas* 5, pp. 321-341.
- Carvalho, Romulo de (1986): *História do ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Diário do Governo*, 11 de Maio de 1911, n.º. 109: Decreto com força de lei de 9 de Maio, organizando o plano de estudos das Faculdades de Letras das Universidades de Coimbra e Lisboa.
- Diário do Governo*, 22 de Junho de 1911, n.º. 143: Decreto nomeando D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos para o lugar vago de professor ordinário do grupo de Philologia germânica da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Esteves, João Gomes (1991): *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas — uma organização política e feminista — (1909-1919)*, Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Esteves, João Gomes (1999): «O movimento feminista em Portugal: periódicos (1899-1928)», em: *Faces de Eva* 1/2, pp. 185-196.
- Ferreira, Alberto (1971): *Antologia de textos pedagógicos do século XIX português I: da necessidade de ensinar*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ferreira, Albero (1975): *Antologia de textos pedagógicos do século XIX português III: dos graus de ensino*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Fonseca, Maria Manuel Vieira da (1987): «O percurso até à universidade — pistas para descoberta de ideais de educação feminina», em: *Cadernos Condição Feminina* 21, pp. 81-91.
- Fontes, Carlos (2002): *Cronologia do Ensino Secundário*, <<http://educar.no.sapo.pt/CRONOLS.htm>>.
- Gomes, Joaquim Ferreira (1984): «O direito à educação nas constituições portuguesas», em: *Revista Portuguesa de Pedagogia* 18, pp. 313-329.
- Gomes, Joaquim Ferreira (1991): «Domitila de Carvalho — a primeira mulher na Universidade de Coimbra», em: *Revista Portuguesa de Pedagogia* 25, pp. 3-23.
- Gomes, Joaquim Ferreira (1980): *Estudos para a história da educação no século XIX*, Coimbra: Almedina.
- Gomes, Joaquim Ferreira (1985): «A introdução e o prolongamento da obrigatoriedade escolar em Portugal», em: *Revista Portuguesa de Pedagogia* 19, pp. 383-423.
- Gomes, Joaquim Ferreira (1986): «As primeiras mulheres que frequentaram a Universidade de Coimbra (1891-1910)», em: *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra* 8, pp. 243-257.

- Leal, Ivone (1986): «Os papéis tradicionais femininos: continuidade e rupturas de meados do séc. XIX a meados do séc. XX», em: *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais, Colóquio 20-22 de Março de 1985, Vol. II*, Coimbra: Faculdade de Letras, Instituto de História Económica e Social, pp. 353-368.
- Santos, Cândido dos (1991): *A mulher e a Universidade do Porto: a propósito do centenário da formatura das primeiras médicas portuguesas*, Porto: Afrontamento.
- Silva, Maria Regina Tavares da / Vicente, Ana (1991): *Mulheres portuguesas: vidas e obras celebradas — vidas e obras ignoradas*, Lisboa: Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres.
- Sousa, Maria Reynolds de (1986): «As primeiras deputadas portuguesas», em: *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais, Colóquio 20-22 de Março de 1985, Vol. II*, Coimbra: Faculdade de Letras, Instituto de História Económica e Social, pp. 427-444.
- Vaquinhas, Irene (1999): «*Senhoras e mulheres*» na sociedade portuguesa do século XIX, Lisboa: Colibri.
- Vicente, Ana (1998): *As mulheres em Portugal na transição do milénio. Valores — vivências — poderes nas relações sociais entre os dois sexos*, Lisboa: Multinova.